

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO CENTRO METROPOLITANO DE SÃO PAULO

Alex da Silva Dias Américo

Introdução

A cidade de São Paulo, na transição para o século XXI, passou por transformações profundas ligadas à sua produção industrial. Tais mudanças decorrem, de um lado, da centralização do capital (inserção dos centros administrativos de conglomerados transnacionais e multinacionais) e, de outro, da dispersão da produção industrial na região metropolitana, afetando diretamente a localização dos estabelecimentos no centro metropolitano¹.

Diversos autores das ciências sociais², que buscaram entender tal dinâmica no período recente, defendem que desde os anos 1970, o capital vem passando por profundas reestruturações que se materializaram no espaço urbano por meio da metamorfose entre espaços tradicionalmente industriais, a verticalização de edifícios financeiros e a construção de moradia de alto padrão.

Seus conteúdos podem ser apreendidos a partir da *reestruturação produtiva* que se deu nos fins dos anos 1970 nos países centrais e que representou uma resposta do capital à profunda crise de acumulação de caráter recessivo na mesma década³, criando profundas transformações no mundo do trabalho e na dialética entre mercado/Estado. Tendo em vista este cenário, o objetivo deste trabalho é analisar as transformações socioespaciais ocorridas nos espaços industriais da cidade de São Paulo nas últimas décadas, a luz das seguintes noções: reestruturação, desindustrialização e desconcentração industrial. Assim, tomamos como ponto de partida a reestruturação produtiva (FERRARI, 2012) que ocorreu nos países centrais do capitalismo (EUA, Europa Ocidental e Japão) na década de 1970, bem como seus desdobramentos e particularidade histórica e geográfica na região metropolitana de São Paulo na década de 1990 com a ofensiva neoliberal, lembrando que nos países periféricos os desdobramentos da reestruturação produtiva correspondem a uma dialética entre o processo particular de inserção desses países na divisão

¹ De acordo com Lencioni (2010) optamos por nos referir ao município de São Paulo como centro metropolitano, uma vez que nele que se concentram boa parte dos capitais (industriais, voltados ao mercado imobiliário e aos serviços) e um volumoso contingente de força de trabalho altamente especializada. Nesse sentido, consideraremos a atual região metropolitana que embora tenha diminuído seu crescimento industrial em relação ao estado de São Paulo, concentra a maior participação da produção industrial e do valor adicionado do estado de São Paulo (SEADE, 2003).

² Nos apoiamos nas obras de Mandel (1981), Smith (1984), e Soja (1993).

³ Sobre os desdobramentos da reestruturação produtiva nos países centrais tomamos como ponto de partida o trabalho de Ferrari (2012), Lencioni (2003) e Soja (1993). Ambos autores, considerando suas diferenças teórico-metodológicas, trataram em profundidade os sentidos desse momento de ruptura e transição da acumulação do capital em que se deu a partir da segunda metade dos anos 1970, e se aprofundou ao longo dos anos 1980.

internacional do trabalho, a sua sujeição à economia internacional e a dinâmica interna de acumulação com os seus ritmos e contradições.

A estrutura do trabalho ficou dividida, num primeiro momento, na compreensão da chamada crise do capital e suas reestruturações nos países centrais (EUA, Alemanha e Japão) em meados dos anos de 1970. Em seguida, destacaremos seu caráter assíncrono na realidade brasileira e sua inserção na mundialização do capital a partir dos anos 1990 (FERRARI, 2012).

1 A Crise do capital e as reestruturações nos países centrais.

A crise do capitalismo, como sugere Déak (2015), corresponde ao atual estágio de desenvolvimento capitalista. Uma vez que tal crise revelou o esgotamento do estágio intensivo de acumulação nos países centrais e a impossibilidade do capitalismo manter o ritmo de crescimento alcançado nas décadas imediatamente posteriores ao pós-guerra.

Nessa perspectiva, se caracterizarmos de modo sumário a crise do capitalismo enquanto estágio vigente da acumulação, podemos dizer que a crise e seus limites tenha se dado na própria relação entre Estado e capital, uma vez que o primeiro exerceu o papel de sustentação e, ao mesmo tempo, regulação da produção, criando condições para o aumento da produtividade e controle sobre o trabalho.

Essa foi a característica principal da fase intensiva de acumulação que marcou maior parte do século XX, cabia ao Estado dos países centrais a função de garantir a produtividade do trabalho com a formação de um estado de bem-estar social que ampliou o nível de consumo, elevando o nível de vida da força de trabalho correspondente imediatamente a sua reprodução (DEÁK, 2015).

Contudo a relação entre Estado e capital, posta pela intensificação do processo de produção apresentou limites. Tais limites colocaram em xeque a fase intensiva e se deram na contradição entre a elevação dos custos do Estado na garantia dos direitos sociais e o esgotamento gradual da produtividade do trabalho no espaço urbano. A saída encontrada pelas forças hegemônicas do capital foram a adoção do receituário neoliberal e o desmonte do estado de bem-estar social, condição esta fundamental para a sustentação do estágio intensivo.

Esse longo período assolado pela crise e suas reestruturações, foi chamado por Mandel (1985) de *capitalismo tardio*.

Nesse sentido a reestruturação produtiva será o receituário no qual o objetivo das classes dominantes foi apresentar e aplicar soluções à crise de superprodução que abalou a economia dos países centrais na década de 1970. Segundo Ferrari (2012), tais reestruturações também implicaram na reconfiguração territorial e institucional do poder do Estado e do capital e foram apresentadas e aplicadas como solução à crise de superprodução a partir das seguintes características:

1. Reconfiguração da base técnica dos processos de trabalho no chão de fábrica (Toyotismo), ocasionando elevados índices de desemprego industrial;
2. Aumento do caráter cooperativo do trabalho, uma vez que a produção passa a se fragmentar em diferentes países, cada país responsável por uma etapa do processo produtivo;
3. O setor de serviços é posto como solução ao desemprego industrial;
4. Generalização do uso da informática e da telemática⁴;
5. Reacomodação do Estado às exigências da reprodução do capital;
6. Ampliação da produtividade do trabalho por meio da automação e programação do processo produtivo, cabendo a uma parte do trabalhador apenas o gerenciamento das máquinas.

Esses pressupostos econômicos mais gerais que concernem à própria crise e a reestruturação do capital, foi analisada a partir da realidade urbana das cidades americanas por Edward Soja em sua obra *“Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica”*. Na leitura do geógrafo, a reestruturação do capital significou a única alternativa para a sobrevivência do modo de produção capitalista, sua abordagem também parte da leitura de crise e da periodização sugerida por Mandel (1985). Seu objeto de pesquisa para a compreensão das reestruturações foi o espaço urbano e a questão regional. O autor não aprofunda de modo vertical a questão do trabalho, pois sua preocupação foi entender as transformações nas cidades americanas no bojo da reestruturação, seu estudo de caso foi a cidade de Los Angeles.

Segundo Soja (1993), a espacialidade capitalista tende há um desenvolvimento desigual e cada onda expansiva do capital foi responsável por uma forma urbana específica nas grandes cidades do capital. Nesse caso, Soja apresenta quatro exemplos da morfologia urbana ao longo da história em correspondência com as ondas expansivas caracterizadas por Mandel (1985). As formas urbanas corresponderam à quatro momentos: a cidade Mercantil; Industrial de livre concorrência; Monopólio empresarial e a forma urbana administrada pelo Estado fordista. Cada uma delas se relaciona a um momento do modo de produção que sofreu transformações profundas no plano econômico e se generalizou de modo radical na realidade urbana e na vida cotidiana.

A busca do autor em apresentar tais modelos é problemática, pois se, de um lado, enrijece o processo social, por outro, acaba incorrendo ao erro de criar tipologias que mais mascaram o processo do que revelam contradições. Esse risco é alertado pelo próprio autor, mas sua principal preocupação em apresentar tais modelos objetivou facilitar sua exposição sobre o que foi a cidade naquele momento em que a reestruturação se apresentava como solução à crise de superprodução.

⁴ A expressão telemática ou teleinformática foi muito difundida nos anos de 1990 para caracterizar a especificidade da fusão dos diferentes métodos e sistemas de informação e telecomunicação com a gestão do trabalho e do fluxo de mercadorias e valor pelo capital financeiros e bancário. Um dos muitos intelectuais que aprofundaram os estudos do efeito objetivo da telemática na produção e na distribuição do valor, foi François Chesnais (1996) e de acordo com a sua leitura esta se materializa pela “convergência entre os novos sistemas de telecomunicação por satélite e a cabo, as tecnologias de informatização e a microeletrônica. Ela abriu, às grandes empresas e aos bancos, maiores possibilidades de controlar a expansão de seus ativos em escala internacional e de reforçar o âmbito mundial de suas operações” (CHESNAIS, 1996, p. 28).

Tal como Soja, DEÁK (2013) também partirá do conceito de crise esboçada por Mandel (1985). No entanto, na análise do autor, o seu ponto de partida histórico foi pensar a acumulação a partir de seus estágios de desenvolvimento, sendo a crise o seu estágio último e correspondente ao momento atual do mundo capitalista. Segundo Mandel (1990), a crise dos anos de 1970 se deflagrou no momento em que as taxas de crescimento econômico passam a decrescer em relação ao crescimento apresentado nas primeiras décadas do pós-guerra. Ou seja, somente a partir dos fins dos anos 1960 essa longa onda de crescimento econômico passa a se desacelerar, perdendo o fôlego que apresentou nas décadas iniciais do pós-guerra. Segundo o autor,

“A onda longa expansiva que vai dos anos 1940 ao fim dos anos 60 é igualmente clássica. A expansão acelerada de longa duração do pós-guerra resultava da superexploração da classe operária realizada pelo fascismo e pela IIª Guerra Mundial, que permitiu uma alta anunciada de mais-valia e, dessa forma, da taxa de lucro. Tal fato levou a uma acumulação amplificada de capitais, utilizada para tornar possível a terceira revolução tecnológica” (MANDEL, 1990, p.26).

A própria noção de onda expansiva sugerida por Mandel (1990), se apoia no amplo debate entre Trótsky, Kaustsky, Kondratieff e Shumpeter. Autores precursores do conceito de “Ondas” para explicar o caráter cíclico das crises. O ponto mais importante à respeito dessa perspectiva é que ela coloca a crise como momento imanente da própria acumulação. E combate a falsa verdade (ou verdade parcial) que atribui ao choque do petróleo (1973) o estopim da crise⁵.

Em linhas gerais, Soja (1993), Mandel (1985) e DEÁK (2013), partem da perspectiva de que a crise dos anos 1970 foi de superprodução, de caráter recessivo e resultou da própria tendência da alta da composição orgânica do capital frente ao endividamento do Estado. A reestruturação produtiva deste período expressa, portanto, a ideologia neoliberal na qual colocou a relação do Estado e do Capital em um novo patamar da reprodução social. Tais medidas foram adotadas com rito e desenvolvimento desiguais em diferentes países, sobretudo nos países periféricos cuja base socioeconômica formou-se a partir de outra trajetória no interior da acumulação. A título de exemplo, a inserção da América Latina na chamada Globalização nos anos 1990, foi responsável para que muitos países adotassem o receituário neoliberal e levassem adiante as reestruturações econômicas, afetando diretamente os espaços industriais historicamente concentrados no território e que não foram desenvolvidos e promovidos no esquadro dos ganhos políticos e econômica da classe trabalhadora ligados ao Estado do bem-estar. Veremos de que modo esse processo se deu no centro metropolitano de São Paulo.

⁵ Em sua obra crise do capital, Mandel (1990) direciona uma radical crítica a corrente de economistas que viram no choque do petróleo em 1973 o principal motivo para crise econômica dos Estados Unidos e o desmonte do Estado de bem-estar social.

2 Reestruturação produtiva e a crise da metrópole: Considerações sobre a produção industrial na cidade de São Paulo

Partindo do pressuposto de que a cidade de São Paulo é o principal centro econômico e financeiro do país, não deveria ser uma novidade a sua primazia no que diz respeito aos estudos urbanos. Essa condição não foi fortuita e menos ainda produto de um *telos* de um agente hegemônico exclusivo.

Analisar a centralidade da cidade de São Paulo enquanto metrópole, nos coloca o desafio de entender sua produção em diferentes níveis, uma vez que seu crescimento econômico, limitou-se invariavelmente ao desenvolvimento desigual imanente à acumulação dos países capitalistas avançados. No caso brasileiro, o espaço urbano na cidade de São Paulo foi, durante maior parte de sua história recente, o principal lugar da produção industrial no território, sobretudo a partir de meados do século XX (LENCIONI, 2003). A industrialização brasileira se deu de modo essencialmente desigual e territorialmente concentrada e foi na região metropolitana de São Paulo que esse afluxo de capitais, infraestrutura, força de trabalho se concentrou e centralizou⁶ ao longo do século XX, até suas últimas décadas.

A particularidade histórica brasileira esteve profundamente marcada pela manutenção da expatriação de seu excedente de produção que, historicamente, foi o que criou as condições materiais para a reprodução de uma classe dominante que carrega em seus poros os *sentidos da colonização*. Essa contradição imanente entre uma classe dominante que freia constantemente os avanços das forças produtivas no território e atrofia do Departamento I (bens de produção), são uma das barreiras impeditivas para transição ao estágio intensivo de desenvolvimento (DÉAK, 1999)⁷.

Tal tendência de concentração e centralização dos capitais na região metropolitana (LENCIONI, 2003) e um regime de acumulação dependente da acumulação nos países centrais marcou a inserção do país no contexto neoliberal ao longo dos anos 1990. Assim, no Brasil, as reestruturações vieram antes ou acompanhadas pela crise, diferente dos países centrais onde a reestruturação apareceu como a solução da crise de superprodução (FERRARI, 2012).

Na cidade de São Paulo, a indústria de transformação (sobretudo metalúrgica e Metalmecânica) foi o principal ramo produtivo que tem apresentado significativa perda frente à expansão do setor terciário (TUNES, 2003). Essa perda relativa do peso industrial pode ser

⁶ Marx irá definir as categorias de concentração e centralização como uma dualidade imanente no processo de acumulação do capital, sendo assim, a categoria de concentração diz respeito ao crescimento quantitativo e a mudança qualitativa da relação entre força de trabalho e capitais individuais.

⁷ Segundo as considerações de Déak (1999), a formação econômico-social brasileira por estar historicamente subordinada aos países centrais e ter seus excedentes expatriados, não acompanhou o movimento da acumulação dos países centrais o que favoreceu a estagnação de sua acumulação. Déak chamou esse processo de acumulação entavada, condição esta que tornou a realidade brasileira confinada há um estágio de desenvolvimento extensivo, ou seja, um estágio de desenvolvimento marcado pela reprodução da força de trabalho ao nível da subsistência.

considerada como consequência direta de décadas de políticas econômicas por parte do Estado e de pressão do capital que forçaram a desconcentração industrial no estado de São Paulo e garantiram maiores taxas de lucro, alta produtividade e menores custos de produção, uma vez que a modernização tecnológica permitiu a redução tanto do tempo da produção, quanto da circulação de mercadorias (FERRARI, 2012).

Como podemos observar na **figura 1**, destaca-se a expansão desta mancha ao longo do sudoeste da cidade de São Paulo na sub-região de Pinheiros e, ao sul, entre os bairros de Jurubatuba e Socorro. São nestes quadrantes, encontra-se a maior concentração das indústrias de ponta na cidade que conforma sua maior participação no valor adicionado da cidade.

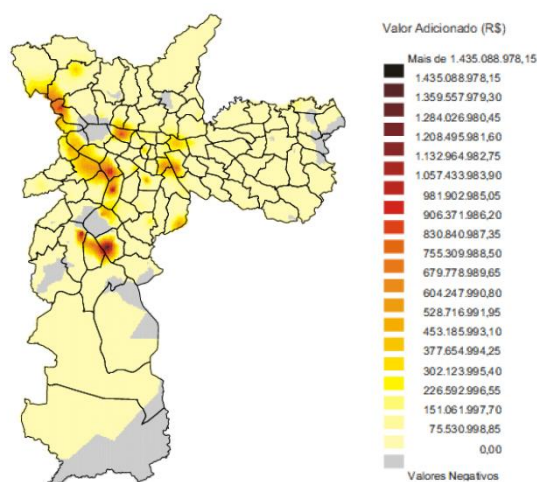


Figura 1 – Participação industrial no valor adicionado em São Paulo.

Fonte: FUNDAÇÃO SEADE, 2001.

Já na **figura 2**, a cidade de São Paulo ainda exerce a hegemonia no que tange participação do valor adicionado tanto em relação a região metropolitana quanto ao estado de São Paulo. Soma-se a São Paulo os municípios de São Bernardo do Campo e Santo André, que também vem passando por um acentuado processo de reestruturação urbano-industrial⁸.

Já na entrada do século XXI, a cidade de São Paulo permaneceu exercendo a hegemonia econômica enquanto centro financeiro do país e, concomitantemente, vem aprofundando a centralização da gestão da produção industrial no território, criando condições necessárias para o fortalecimento do setor terciário e do mercado imobiliário que foi favorecido por políticas urbanas promovidas pelo Estado, sobretudo no nível do município através de medidas como Operações Urbanas Consorciadas⁹. Apesar da notável diminuição dos espaços industriais frente à expansão

⁸ A reestruturação urbano-industrial que ocorreu na região metropolitana de São Paulo, trata-se em geral das profundas mudanças na forma urbana da metrópole paulista a partir dos anos 1990. Com a concentração e centralização do capital no centro metropolitano, muitas das cidades da metrópole perderam parte de seu parque industrial (sobretudo no que diz respeito aos ramos metalúrgicos e mecânicos) e, vem passando por profundas reestruturações de diferentes tipos.

⁹ De todas as Operações Urbanas Consorciadas (OUC's) os casos mais emblemáticos são os das OUC's Faria Lima e Águas Espraiadas, correspondendo ao vetor sudoeste da cidade. Em geral, tais operações inicialmente buscaram áreas

do setor terciário, é no centro metropolitano (ou seja, a cidade de São Paulo) que se dá toda a gestão da produção industrial do estado de São Paulo e do território brasileiro (LENCIONI, 2003). Ou seja, a noção de desindustrialização não se aplica a nossa realidade metropolitana, uma vez que o grosso da produção industrial – incluindo a gestão com parte do processo produtivo –, embora dispersa na região metropolitana, ainda se concentra em maior parte nela.

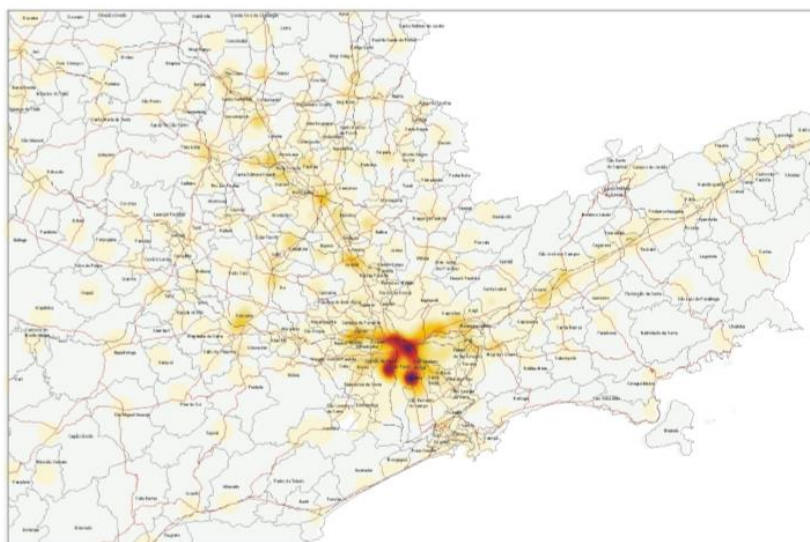


Figura 2 –Participação no valor adicionado na Região Metropolitana de São Paulo
Fonte: FUNDAÇÃO SEADE, 2001.

Essa condição de concentração e centralização do capital é uma constante do modo de produção capitalista e na morfologia do espaço urbano no atual momento histórico, ele se materializa por um espaço industrial em fragmentos que concentra certos ramos industriais e desconcentrando outros.

A tendência à concentração pode ser observada na **Figura 3**, pois nesta representação a mancha tem se estendido para além dos limites políticos municipais da cidade o que remete a uma profunda expansão da aglomeração urbana, a partir dos anos 1990, acompanhada de um acentuado crescimento do desemprego nesse período.

Cabe destacar que a explosão urbana foi acompanhada pelo crescimento acentuado do desemprego industrial na cidade, ao mesmo tempo em que novos ramos industriais passaram a se reconcentrar na cidade de São Paulo de modo fragmentados e orquestrados por diferentes segmentos do capital e que exigem certa infraestrutura material e social para manter a continuidade do fluxo produtivo e distributivo das mercadorias, tal como ocorre nos setores fármaco-químico.

já desvalorizadas, em geral correspondendo a antigos galpões industriais dotados de infraestrutura que passam a ser estrategicamente pleiteados pelos agentes imobiliários. Podemos observar essas tensões no trabalho de Pádua (2012).

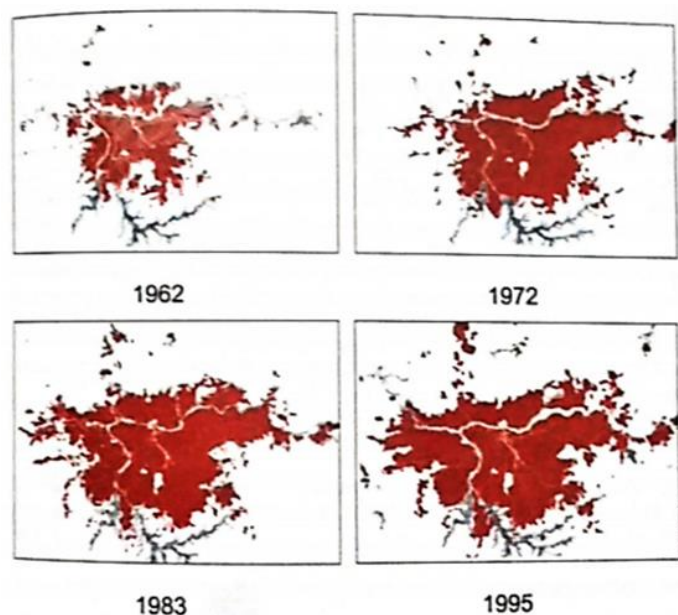


Figura 3 – Região metropolitana de São Paulo – Evolução da área urbanizada: 1962; 1972; 1983; 1995
Organização: DEÁK, Csaba.

Tendo em vista estes elementos, entender a reestruturação produtiva no caso brasileiro implica levar em conta essa tendência de concentração e centralização do capital no centro metropolitano do país. O caso das cidades americanas apontadas por Soja, revela um espaço industrial muito mais disperso e descentralizado, marcados pela crise do estágio intensivo de desenvolvimento e por um processo de industrialização mais amplo e profundamente dinâmico associado à acumulação interna de capitais. Já não podemos dizer o mesmo para o caso paulistano e brasileiro, pois mesmo com algumas intenções políticas e econômicas a nível regional (como foram os casos, dadas as peculiaridades e diferenças internas, dos Iº e do IIº Planos de Desenvolvimento, respectivamente dos anos de 1960 e 1970) a guerra fiscal travada pelos estados e municípios nos anos 1990, crescimento industrial das denominadas cidades médias do estado de São Paulo, a desconcentração da indústria de alimentos e a expansão da fronteira agrícola para o centro-oeste e mais recentemente para o nordeste, etc. Não foram suficientes para romper com os conteúdos de uma acumulação acentuadamente desigual na qual a concentração de riquezas e comando da produção se reduz a uma classe dominante que reitera o legado colonial para reproduzir sua existência enquanto classe. Essa contradição é o que constitui nossa particularidade.

Referências Bibliográficas

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: Do capital industrial ao capital financeiro. **IN: Geografias de São Paulo: A Metrópole do século XXI** (Org.) Oliveira, Ariovaldo Humbelino e Carlos, Ana Fani Alessandri. SÃO PAULO. 2004. p.51 – 84.
- CHESNAIS, François. **Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335p.
- DINIZ, Clélio Campolina. Impactos territoriais da reestruturação produtiva. **IN: O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade** (Org.) RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Editora Revan. Rio de Janeiro. 2000. p.21 -62.
- DEÁK, Csaba. Acumulação entravada no Brasil/ E a crise dos anos 80" *Espaço & Debates* 32:32-46
- _____. Capitalismo: Estágios de desenvolvimento e formas ideológicas. **IN: Embusca das categorias da produção do espaço**, Annablume, São Paulo. 2015. p. 3 – p.34.
- FERRARI, Terezinha. A fabrilização da cidade e a ideologia da circulação. São Paulo: Outras expressões, 2012 . 184p.
- LENCIONI, Sandra. **A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo: A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica**. Revista de Geografia: Anais do X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 2003.
- _____. **Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais**. Revista do departamento de Geografia, n.12, p.27-42, 1998.
- _____. **Reestruturação Urbano-industrial: Centralização do Capital e Desconcentração da Metrópole de São Paulo: A Indústria Têxtil**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia, FFLCH – USP, São Paulo, 1991.
- MANDEL, Ernst. Ondas longas na história do capitalismo. **IN: O Capitalismo tardio**. Editora Nova Cultura. São Paulo. p.76 – 102.
- _____. **Crise do Capital: Os fatos e sua interpretação Marxista**. Editora Ensaio. São Paulo. p.329.
- MORAES, Antônio Carlos Robert & COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Crítica: A valorização do Capital**. São Paulo. Hucitec.1984. p.196.
- PADUA. Rafael Faleiros. **Espaços de desindustrialização na reprodução da metrópole**. São Paulo.2012. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo.
- SOJA. Edward. A Geografia histórica da reestruturação regional. **IN: Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1993. p. 191 -230.